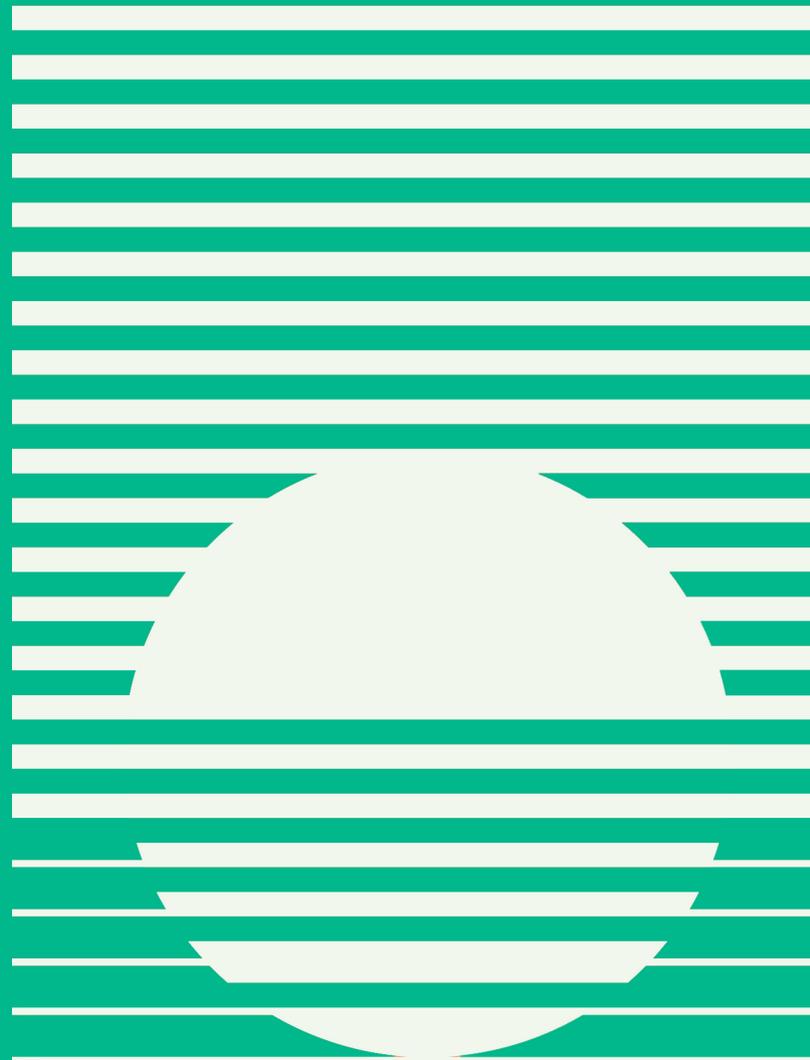


CONJUNTURA



LATITUDE
SUL



06
2017

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Editor Adjunto: Murilo Gomes da Costa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadro, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Nicolle Garcia Berti, Niury Novacek Gonçalves de Faria.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

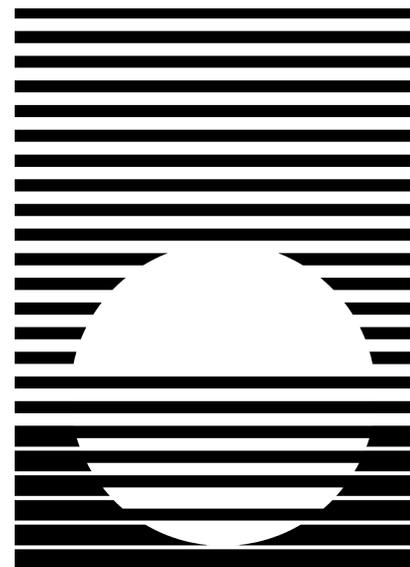
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Críticas às diretrizes e à condução da política externa brasileira

Brasil formaliza pedido de adesão à OCDE

O desmatamento da Amazônia e o governo de Temer

Página 05

Tensão na Venezuela atinge novo patamar

Suriname forma seus primeiros fuzileiros navais com auxílio do Brasil

Página 06

México é derrotado em declaração contra a Venezuela na OEA

Paradiplomacia de governadores, partidos e legisladores mexicanos

Colômbia: desarme das FARC inicia nova fase no processo de paz

Página 07

Candidatura de Cristina Kirchner ao Senado impacta a política argentina

Tensões diplomáticas entre vizinhos sul-americanos

Página 08

Trump anunciou a saída dos EUA do Acordo de Paris

Repercussões da saída dos EUA do Acordo de Paris

Índia pede maior compromisso da cooperação com BRICS

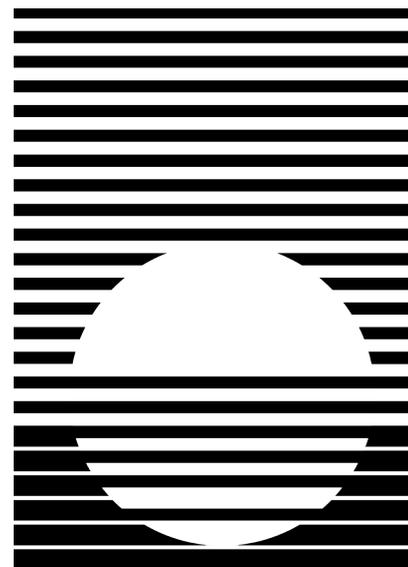
Página 09

Dia Mundial do Refugiado: 20 de junho

A liberdade de expressão corre perigo

Página 10

A cultura do machismo e a consequência para mulheres e LGBTs



Críticas às diretrizes e à condução da política externa brasileira

No dia primeiro de junho, duas notícias relacionadas à política externa brasileira (PEB) repercutiram na mídia nacional. Uma delas diz respeito a um relatório de conjuntura, apresentado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência (SAE), em que são analisados os principais temas da PEB recente. A imprensa ressaltou a avaliação negativa do texto sobre diversos aspectos da atuação brasileira – incluindo críticas ao Itamaraty – e a consideração de que não há uma estratégia brasileira em política externa. Destacou-se também a reação do chanceler Aloysio Nunes e dos ex-chanceleres Celso Amorim e Celso Lafer ao documento. O atual chanceler frisou que o documento não corresponde a uma posição do governo brasileiro, enquanto Amorim argumentou que houve uma estratégia articulada de PEB, especialmente durante o governo Lula. Lafer, por sua vez, destacou pontos em que concordava ou discordava da análise realizada no texto. O outro documento que teve repercussão na mídia foi uma carta pública, denominada “Diplomacia e Democracia”, assinada por 119 servidores do Ministério das Relações Exteriores, em sua maioria, diplomatas. Os principais pontos da carta destacados pela mídia foram o repúdio ao uso da força para inibir manifestações, a crítica à linguagem agressiva de notas emitidas pelo Itamaraty sobre questões de direitos humanos e o apelo à renovação do diálogo político no país. O estopim para a publicação do documento teria sido uma nota do Itamaraty, divulgada no final de maio, que criticava, em tom pouco usual para a chancelaria, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que haviam criticado a violência policial no país.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 01/06/2017; [G1](#), 01/06/2017; [Estadão](#), 01/06/2017.

Brasil formaliza pedido de adesão à OCDE

Em junho, a discussão em torno da entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) esteve mais presente do que nunca na imprensa. Após o pedido formal de filiação do país junto à organização ter sido realizado no fim de maio, nas últimas semanas multiplicaram-se

artigos de opinião, elencando as vantagens e as desvantagens desse processo. Se por um lado promete-se que a adesão brasileira poderia atrair investimentos e aproximar o Brasil das grandes potências, por outro, os ganhos dessa aproximação são apontados como incertos, uma vez que o Brasil precisaria deixar de exercer liderança junto a outros países emergentes e em desenvolvimento. Ademais, o fato de não pertencer à OCDE não impediu que muitos investimentos externos tenham sido direcionados ao país, dado o bom desempenho da economia brasileira na última década. Alguns analistas também apontam a incoerência do Brasil querer estreitar seus laços com o “clube dos ricos” em momento de crise política, institucional e econômica. Para além das análises sobre a adesão do Brasil à OCDE, o pedido de filiação do governo brasileiro está em curso e pode receber uma resposta em meados do próximo mês, pouco mais de 40 dias depois de sua oficialização. Se confirmado, a adesão do Brasil ocorrerá muito antes de outros países na mesma situação, como a Argentina e o Peru, que aguardam uma definição há, respectivamente, um e quatro anos. No dia 08 de junho, independentemente da confirmação da candidatura, o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, anunciou que a OCDE terá um escritório no Brasil. A iniciativa surge em momento no qual o presidente Michel Temer, ameaçado por denúncias de corrupção e em meio a sucessivas crises, busca ganhar a confiança de empresários.

Fontes: [Carta Capital](#), 25/05/2017; [BBC](#), 02/06/2017; [Valor Econômico](#), 07/06/2017; [Folha de São Paulo](#), 08/06/2017; [Estadão](#), 29/06/2017.

O desmatamento da Amazônia e o governo de Temer

As políticas ambientais no Brasil arrastam-se sob estado de alerta, devido ao descaso do governo de Michel Temer e de suas concessões às bancadas ruralistas do Congresso Nacional. Enquanto o governo brasileiro pleiteia ser um líder regional e global nas negociações do Acordo de Paris, parece haver um movimento de retrocesso do governo. Além de incluir em sua agenda as discussões sobre Medidas Provisórias que reduzem áreas de florestas e parques nacionais, favorecendo os projetos ruralistas de enfraquecimento dos licenciamentos ambientais, o governo de Temer ainda ficará sem recursos noruegueses para o financiamento do Fundo Amazônia. Durante reunião com autoridades norueguesas no mês de junho, em Oslo, o governo da Noruega, maior financiador do Fundo, condicionou a

liberação de recursos à resposta do governo brasileiro sobre o desmatamento da Amazônia e ao veto das medidas provisórias. Todavia, o veto não foi suficiente para evitar a retração de investimentos. As autoridades norueguesas anunciaram que vão retirar mais de US\$ 50 milhões de financiamento do Fundo Amazônia. O cenário tornou-se ainda pior: a Alemanha, segundo maior doador do Fundo, também anunciou que irá reduzir seus financiamentos. Entretanto, embora o governo brasileiro reconheça que as negociações não foram bem-sucedidas, sua narrativa oficial é a de que a proteção da Amazônia não será prejudicada..

Fontes: [Associated Press](#), 07/06/2017; [Folha de S. Paulo](#), 16/06/2017; [TeleSur](#), 23/06/2017; [EBC](#), 29/06/2017.

Tensão na Venezuela atinge novo patamar

No dia 19 de junho, a reunião de chanceleres da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a crise na Venezuela terminou sem consenso. Nenhuma das declarações em debate obteve a maioria necessária de 23 votos. O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, sugeriu a renúncia do Secretário Geral da OEA, Luis Almagro, em troca da permanência da Venezuela na instituição. Em resposta, Almagro disse que renunciará apenas se forem realizadas eleições livres no país, com liberação dos presos políticos, reconhecimento dos poderes da Assembleia Nacional e independência do Poder Judiciário e Eleitoral. Além disso, a chanceler Delcy Rodríguez, ministra desde dezembro de 2014, deixou o posto para concorrer como candidata à Constituinte. Seu substituto será Samuel Moncada, representante da Venezuela na OEA. No dia 27 de junho, um helicóptero sequestrado por um policial, disparou tiros contra o Ministério do Interior e granadas foram lançadas sobre o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela. Posteriormente, um grupo de policiais civis e militares divulgou um manifesto pedindo a renúncia de Maduro. O ataque foi feito horas depois de Maduro declarar que “O que não poderia ser feito com os votos, o faríamos com as armas. Libertaríamos nossa pátria com as armas”. Além disso, no dia 28 de junho, a Procuradora-Geral, Luisa Ortega Díaz, teve seus bens congelados e foi proibida de sair do país. Ortega Díaz vem sendo apontada pela mídia venezuelana como uma voz dissidente no governo, especialmente em relação à convocação da Constituinte. O Supremo Tribunal de Justiça ainda irá decidir se ela será ou não submetida

a julgamento. O país completa mais de três meses de intensos protestos, somando cerca de 80 mortos.

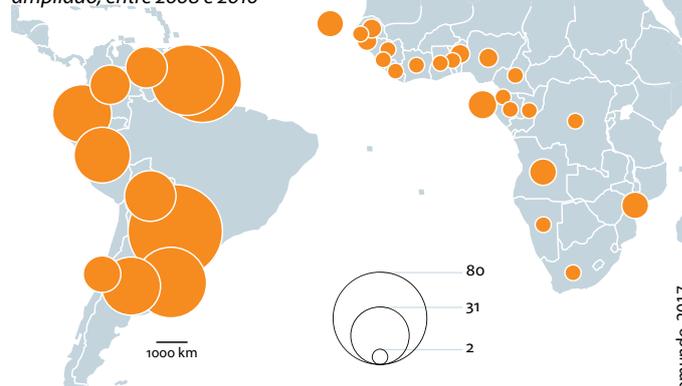
Fontes: [El Universal](#), 19/06/2017; [La Nación](#), 21/06/2017; [El Nacional](#), 24/06/2017; [El Nacional](#), 27/06/2017; [El Universal](#), 27/06/2017; [El Nacional](#), 28/06/2017; [El Universal](#), 29/06/2017.

Suriname forma seus primeiros fuzileiros navais com auxílio do Brasil

Em 14 de junho, o Suriname graduou o seu primeiro pelotão de fuzileiros navais após um processo de formação conduzido por militares da Marinha do Brasil desde fevereiro de 2017 em Paramaribo. Tratou-se do primeiro passo para o Suriname constituir um corpo de fuzileiros navais, destinado a atuar em atividades como patrulha marítima, defesa portuária, combate ao garimpo ilegal e coibição do narcotráfico internacional. Dois dias depois, em 16 de junho, três navios da Marinha brasileira chegaram ao país vizinho para participar de exercícios conjuntos no mar do Caribe e levaram uma lancha-patrulha LAEP-7 que lhe foi doada. As ações mantêm efetiva a cooperação militar estabelecida entre Brasil e Suriname em 1983, através da qual foram ministrados 435 cursos pelas Forças Armadas Brasileiras para um total de 333 militares surinameses ao longo dos últimos 34 anos. Da perspectiva brasileira, a parceria integra a política de defesa do entorno estratégico nacional, composta conforme o mapa a seguir:

COOPERAÇÃO TÉCNICA EM DEFESA NO ATLÂNTICO SUL

Quantidade de atividades do Brasil nos países do entorno estratégico ampliado, entre 2008 e 2016



Fonte: Sítio web da ABC, 2016.

Fonte: MILANI, Carlos R. S.; LIMA, Maria Regina Soares de (Orgs). *Atlas da Política Brasileira de Defesa*. Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017, p.84.

Fontes: [Exército Brasileiro](#), 28/04/2017; [LPM News](#), 18/05/2017; [LPM News](#), 22/06/2017.

México é derrotado em declaração contra a Venezuela na OEA

Entre 19 e 21 de maio, durante a 47ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Cancun, a delegação mexicana, presidida pelo chanceler Luis Videgaray, falhou em sua busca por convencer o número mínimo necessário de Estados membros da organização para a aprovar uma declaração de cunho crítico ao governo da Venezuela. Dentre os fatores que a declaração levantava, eram citados o calendário eleitoral, a liberação de presos políticos e a restituição da Assembleia Nacional. A proposta mexicana precisava de 23 votos favoráveis para ser adotada, porém obteve apenas 20. Cinco países votaram contra e oito abstiveram-se. Ao longo da Assembleia Geral e da reunião de chanceleres da OEA, houve forte polarização entre a delegação mexicana e a venezuelana. Essa foi a última reunião do fórum da OEA em que a Venezuela participou, uma vez que o país anunciara a saída da organização em 28 de abril. Videgaray expressou preocupação com o que considera falta de garantias para o exercício do direito de manifestação e a alta quantidade de prisões arbitrárias na Venezuela. O chanceler mexicano também solicitou ao governo venezuelano que reconsiderasse a realização de uma Assembleia Constituinte para reformar a Carta Magna do país, assim como defendeu que a OEA teria a obrigação de reagir com urgência diante da situação política venezuelana. Em resposta, a chanceler venezuelana, Delcy Rodríguez, classificou como imoral e infame as declarações de Videgaray e afirmou que o narcotráfico, o assassinato de jornalistas e a violência social convertem o México em um dos países mais perigosos do mundo, comprometendo seriamente o funcionamento da democracia.

Fontes: [TeleSur](#), 19/06/2017; [EBC](#), 20/06/2017; [El País](#), 20/06/2017; [El Universal](#), 22/06/2017.

Paradiplomacia de governadores, partidos e legisladores mexicanos

Às margens da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), ocorrida em Cancun, entre os dias 19 e 21 de junho, destacou-se a participação de partidos políticos e governadores mexicanos em assuntos internacionais. O presidente da Conferência Nacional de Governadores (Conago) firmou um acordo com a OEA para a promoção dos direitos humanos e a democracia. Representantes da Conago mencionaram que é o primeiro acordo deste tipo entre governadores e a OEA, que esperam seja replicado

em outros países. Na mesma oportunidade, o Partido Ação Nacional (PAN) e o Partido da Revolução Democrática (PRD) denunciaram ao secretário da OEA que as eleições do estado de Coahuila apresentaram irregularidades por compra de votos. O Partido Revolucionário Institucional (PRI), por sua vez, defendeu perante esse mesmo organismo a vitória eleitoral de seu partido e a transparência das eleições. Por conta dessas denúncias, os partidos da oposição pediram a participação desse organismo nas eleições federais e presidenciais de 2018. A OEA confirmou a sua presença como observador na missão especial eleitoral. Fora do âmbito da Assembleia Geral da OEA, em reunião interparlamentar entre legisladores estadunidenses e mexicanos, ocorrida em 05 de junho, representantes de ambos os países acordaram a instauração de um grupo de trabalho para o acompanhamento das negociações comerciais do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). A Conago, por sua vez, entregou uma petição ao presidente mexicano para também colaborar com as negociações em curso.

Fontes: [El Universal](#), 06/06/2017; [El Universal](#), 18/06/2017; [Milenio](#), 19/06/2017; [El Universal](#), 20/06/2017; [El Universal](#), 21/06/2017.

Colômbia: desarme das FARC inicia nova fase no processo de paz

Após 53 anos de conflito, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) encerraram definitivamente suas atividades como grupo armado e se preparam para dar início à sua participação na vida política colombiana como um partido. Ao longo do mês de junho, as FARC entregaram suas armas, seguindo o cronograma de desarme estabelecido pelo Mecanismo de Monitoramento e Verificação, integrado pelo grupo, pelo governo colombiano e pela Organização das Nações Unidas (ONU). O desarme foi iniciado no dia 07 de junho, quando as FARC entregaram 30% de suas armas. No dia 14 de junho, houve a segunda etapa do processo e mais 30% foi entregue à ONU. A etapa final do desarme ocorreu no dia 27 de junho, quando o grupo depositou os 40% restantes. A ONU confirmou que no total foram entregues 7.132 armas, mais de uma por combatente, mas ainda restam armamentos em abrigos e esconderijos que continuam sendo localizados e destruídos. A missão da ONU está armazenando o arsenal e fará sua destruição. Este avanço fundamental no processo de paz em curso no país foi celebrado em uma cerimônia simbólica em Mesetas, no departamento de Meta, região onde as FARC se estabeleceram no início do conflito.

Na ocasião, Rodrigo Londoño, mais conhecido como Timochenko, líder do grupo, e Juan Manuel Santos, presidente colombiano, discursaram e reafirmaram o compromisso com a paz. Até o final de julho a missão da ONU expedirá o certificado que encerra formalmente o desarme das FARC e, em agosto, o grupo começará a se estruturar como um partido político, definindo seu estatuto e suas regras, para realizarem sua inscrição no Conselho Nacional Eleitoral.

Fontes: [El Tiempo](#), 07/06/2017; [El Espectador](#), 23/06/2017; [Semana](#), 27/06/2017; [Semana](#), 27/06/2017; [El Tiempo](#), 27/06/2017.

Candidatura de Cristina Kirchner ao Senado impacta a política argentina

A ex-presidente argentina, Cristina Kirchner será pré-candidata ao Senado nas eleições legislativas em outubro. A líder da oposição a Mauricio Macri, atual presidente, organizou uma coalizão política, a Frente de Unidade Cidadã, para enfrentar o macrismo na estratégica província de Buenos Aires, distrito eleitoral mais importante do país. Ela realizou um grande ato político, no dia 20 de junho, em um estádio em Buenos Aires, que reuniu cerca de 50 mil partidários. Atualmente, Kirchner não conta com o respaldo de todo o peronismo e não está claro se seu movimento incluirá outros setores do tradicional partido argentino. O mais provável, opinam analistas locais, é que o peronismo se divida nas próximas eleições legislativas. O governo demonstra “irritação” com a candidatura de Kirchner ao Senado. O ministro da Fazenda, Nicolás Dujovne, declarou que a candidatura da ex-presidente adiará os investimentos produtivos, pois os investidores estão muito temerosos de seu retorno. Este fato político também teve impacto no mercado financeiro argentino, que registrou uma queda generalizada nos títulos locais. Analistas afirmam que o discurso anti-mercado e as advertências de Kirchner sobre a política de endividamento da atual gestão, provocam desconfiança nos investidores externos. Por outro lado, o secretário geral da Central de Trabalhadores Argentina apoia a candidatura e reiterou que Kirchner buscará defender as reivindicações dos trabalhadores e setores populares. A campanha será longa e o resultado de 22 de outubro terá implicação para os dois anos de presidência que restam ao presidente Macri.

Fontes: [Agência Brasil](#), 20/06/2017; [Diário Registrado](#), 20/06/2017; [El Clarín](#), 24/06/2017; [O Globo](#), 24/06/2017; [La Nación](#), 24/06/2017; [El País](#), 25/06/2017.

Tensões diplomáticas entre vizinhos sul-americanos

O início da construção de um muro de quatro metros de altura na margem direita do Canal Internacional de Zarumilla, separando as cidades de Aguas Verdes e Huanquillas, localizadas na fronteira entre Peru e Equador, colocou em rota de colisão, no mês de junho, as autoridades públicas de ambos os países. Segundo os canais oficiais do Equador, a obra faz parte de um projeto, denominado Parque Lineal de Huaquillas, que visa regenerar o ordenamento urbano e territorial do entorno fronteiriço, através da construção de um centro comercial e de recreação que acomodará os comerciantes estabelecidos irregularmente nas margens do canal. Segundo as autoridades equatorianas, o projeto não estaria em desacordo com compromissos assumidos com o país vizinho, o qual já haveria sido informado sobre a construção do muro durante encontro do Gabinete Binacional, em 2016. Essas alegações, no entanto, foram criticadas pelas autoridades peruanas. O embaixador peruano Hugo de Zela afirmou que a proposta apresentada não fazia menção ao levantamento de um muro fronteiriço. Ademais, a construção do referido muro seria irreconciliável com as cláusulas do Acordo de Paz firmado entre as partes em 1998, em que os países se comprometeram a preservar intactos os dez metros de cada lado do canal limítrofe do rio Zarumilla. O Peru emitiu nota diplomática de repúdio à construção do muro, solicitando ao governo equatoriano a imediata paralisação da obra. As autoridades de ambos os países acordaram reunir-se por ocasião da Assembleia Geral da OEA, em meados de junho, para solucionar a questão. Até o momento, contudo, nenhum avanço foi anunciado. Já o impasse diplomático entre a Bolívia e o Chile envolvendo dois militares e sete funcionários bolivianos da Aduana Nacional, mantidos sob encarceramento em território chileno desde março deste ano, finalmente teve um desfecho no dia 29 de junho, quando os prisioneiros bolivianos retornaram ao seu país após La Paz pagar a multa estipulada pelo governo chileno, no valor de US\$50 mil, para a soltura de seus nacionais. No entanto, a relação entre os dois países permanece desgastada e continuam existindo desavenças quanto ao acesso boliviano ao Oceano Pacífico. Por fim, o governo venezuelano aderiu oficialmente, no mês de junho, ao mecanismo de mediação dos Bons Ofícios da Organização das Nações Unidas (ONU) com vistas a resolver diplomaticamente o conflito travado entre Venezuela e Guiana pela soberania do território de Essequibo, supostamente rico em reservas de petróleo. O processo foi proposto por Ban Ki-moon no

final de 2015 e é conduzido pelo embaixador norueguês Dag Nylander, que terá até dezembro de 2017 para chegar a um acordo entre as partes.

Fontes: [Kaieteur News](#), 02/06/2017; [La República](#), 02/06/2017; [El Comercio](#), 03/06/2017; [El Comercio](#), 05/06/2017; [La República](#), 05/06/2017; [El Comercio](#), 06/06/2017; [La República](#), 08/06/2017; [La Razón](#), 14/06/2017; [La Razón](#), 20/06/2017; [Telesur](#), 24/06/2017; [La Razón](#), 27/06/2017; [Cooperativa.cl](#), 28/06/2017; [Emol](#), 28/06/2017.

Trump anunciou a saída dos EUA do Acordo de Paris

Os eixos do multilateralismo sofreram novo abalo no mês de junho, quando o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou a saída do seu país, segundo maior poluidor do mundo, do Acordo de Paris, que trata de mudanças climáticas. Essa manobra, para muitos, parece ter apenas impacto significativo na área das negociações internacionais sobre o meio ambiente, porém, ao decidir unilateralmente não cumprir as metas de redução de emissões de gases do efeito estufa, Trump não somente põe em risco as políticas a favor do clima global, como gera tensões, sobretudo com a União Europeia. Países como Alemanha e França declararam não considerar a decisão dos EUA a mais acertada. Até mesmo a Coreia do Norte, rival declarada dos EUA, criticou a decisão. Por sua vez, a China, superpotência econômica e também super-poluidora, aproveitou a oportunidade para renovar suas credenciais diplomáticas e mostrar-se comprometida com o multilateralismo ambiental, ao garantir sua permanência no acordo global firmado em Paris. Assim, a China segue ao lado da União Europeia e de mais outros 100 países, incluindo o Brasil, no âmbito do acordo. Diante dessa reorganização de posições no cenário mundial, algumas análises questionam se a decisão de Trump indicaria uma perda de liderança dos EUA em prol da Europa e de novas potências, principalmente da China.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 07/06/2017; [Valor Econômico](#), 09/06/2017; [BBC Brasil](#), 18/06/2017; [The Guardian](#), 19/06/2017.

Repercussões da saída dos EUA do Acordo de Paris

No início do mês de junho, o presidente Donald Trump anunciou a saída dos EUA do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, sob o pretexto de que

os termos do acordo seriam injustos para seu país. O anúncio repercutiu de forma ampla na imprensa mundial e provocou reações de variados atores políticos. No Brasil, o Ministro da Defesa, Raul Jungman, classificou a decisão como um retrocesso. A declaração foi feita por ocasião do lançamento do “Livro Verde” da Defesa, documento que versa sobre as boas práticas das Forças Armadas brasileiras para a sustentabilidade e a preservação da natureza em suas unidades e operações. No Peru, a Frente Ampla de Esquerda, coalizão formada por partidos e organizações políticas, apresentou ao parlamento uma moção de repúdio à decisão de Trump. Também houve repercussões políticas nos EUA. O governador do estado da Califórnia, Jerry Brown, teve um encontro histórico com o presidente da República Popular da China, Xi Jinping, com o intuito de estreitar laços de cooperação entre o estado da Califórnia e a China em questões climáticas e somar esforços para a redução de gases poluentes. Após a reunião, avaliada positivamente por ambos os governos, Brown partiu em viagem para a China com o objetivo de reunir-se com outras autoridades do governo chinês, representações subnacionais e participar de eventos para discussão da questão ambiental.

Fontes: [China Daily](#), 01/06/2017; [Estadão](#), 02/06/2017; [China Daily](#), 03/06/2017; [Los Angeles Times](#), 06/06/2017; [El Comercio](#), 07/06/2017; [La República](#), 07/06/2017.

Índia pede maior compromisso da cooperação com BRICS

Em 19 de junho, o Ministro das Relações Exteriores da Índia, Vijay Kumar Singh, em encontro com outros chefes de Estado do BRICS, pediu a retomada do empenho para a agenda de desenvolvimento comum dos países emergentes. Ao fazê-lo, reiterou o compromisso de sua nação em trabalhar para o crescimento conjunto dos países do bloco. De acordo com o chanceler indiano, após os representantes dos países do BRICS alcançarem entendimento significativo em diversas questões, desde assuntos comerciais à cooperação em questões de segurança, os avanços dos países do bloco estariam estagnados, se considerado o potencial de crescimento mútuo.

Fontes: [The Hindu Business Online](#), 19/06/2017; [The Hindu](#), 19/06/2017; [The Wire](#), 19/06/2017.

Turquia rejeita exigências árabes sobre o Qatar

Em 25 de junho, o governo turco denunciou a lista de 13 pontos apresentadas ao Qatar por Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes e Bahrein, os quais demandam que o país feche imediatamente a base militar turca em seu território e interrompa a cooperação militar com a Turquia, em um prazo de 10 dias. O documento também exige que o Qatar reduza as relações diplomáticas com o Irã, corte quaisquer contatos com a Irmandade Muçulmana, o Hezbollah, a Al Qaeda e o Estado Islâmico, assim como feche a emissora de televisão Al Jazeera e suas afiliadas. Para o governo de Ancara, as exigências são desrespeitosas e ameaçam a soberania da nação do Golfo Pérsico. O presidente turco, Recep Erdogan, afirmou que seu país não pede permissão de outros Estados quando faz acordos de cooperação em defesa e acrescentou que continuará a apoiar o Qatar. Em uma demonstração de apoio, o parlamento turco ratificou no início de junho um acordo assinado em 2014 com o Qatar, que permitiu o envio de tropas turcas à base no território catariano.

Fontes: [AlJazeera](#), 23/06/2017; [Deutsche Welle](#), 25/06/2017; [TeleSur](#), 25/06/2017; [Valor Econômico](#), 25/06/2017.

Dia Mundial do Refugiado: 20 de junho

Em 20 de junho é comemorado o Dia Mundial do Refugiado e, neste ano, essa foi a data escolhida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para divulgar a nova versão do relatório Global Trends, que apresenta os dados sobre deslocamento de pessoas até 2016. Segundo o documento, o número de indivíduos deslocados no mundo em razão de conflitos, violação de direitos humanos e violência foi de 65,6 milhões. Deste total, 22,5 milhões são refugiados, dos quais 17,2 milhões estão sob mandato do ACNUR, e 5,3 milhões são palestinos refugiados. Há também 40,2 milhões de pessoas deslocadas internamente e 2,8 milhões de requerentes de asilo. Ainda de acordo com o relatório, 51% são menores de 18 anos. O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, mostrou-se preocupado com as recentes ações do governo estadunidense, como o corte na contribuição para o fundo da Organização das Nações Unidas (ONU) e a decisão de diminuir o recebimento de refugiados. A nota emitida pelo Departamento de Estado dos EUA em razão do dia 20 de

junho, ressaltou a necessidade de ação na agenda do refúgio. Por outro lado, António Guterres fez elogios ao modo com que a Alemanha tem gerenciado a crise de refugiados. Por seu turno, o Primeiro Ministro alemão, Sigmar Gabriel, afirmou que o país não pode enfrentar os desafios do refúgio sozinho. Outro país que tem ações reconhecidas no tema é o Canadá. Justin Trudeau, Primeiro Ministro, emitiu nota incentivando a solidariedade com os refugiados, e ressaltando que o tema é de responsabilidade de todos. A Comissão Europeia reconheceu que os europeus já viveram a experiência do refúgio no pós-guerra e exaltou a necessidade de ação global da comunidade internacional. No Brasil, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) divulgou novo relatório sobre o refúgio no país, disponível no site do Ministério da Justiça.

Fontes: [UNHCR](#), 20/06/2017; [U.S. Department of State](#), 20/06/2017; [Primer Minister of Canada](#), 20/06/2017; [Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil](#), 20/06/2017; [Europe Commission](#), 20/06/2017; [DW](#), 20/06/2017; [African Courier](#), 21/06/2017.

A liberdade de expressão corre perigo

Milhares de jovens russos sofreram prisões arbitrárias, no dia 12 de junho, durante os protestos pacíficos que ocorreram contra a corrupção e o governo do presidente Vladimir Putin. A Anistia Internacional denunciou os maus-tratos a que os presos foram submetidos. Em mais um caso violência contra defensores de direitos humanos, o presidente do Conselho da Anistia Internacional na Turquia foi preso, no dia 06 de junho, junto com mais 22 advogados, acusado pela polícia turca de terrorismo e de ter ligações com o Movimento Gülen. O movimento é inspirado no ativismo de Fethullah Gülen, que foi incriminado pela tentativa de golpe, em julho de 2016. No mês do Orgulho Gay ao redor do mundo, a comunidade LGBTI da Turquia desafiou a proibição das autoridades e foi às ruas para celebrar o orgulho gay, em Istambul, no dia 25 de junho. Entretanto, a polícia repreendeu duramente os participantes, que foram atingidos com gás lacrimogêneo e disparos de balas de borracha, além de sofrerem detenções arbitrárias e serem obrigados a escutar orações do Corão nas viaturas policiais. Este é o terceiro ano seguido que a Turquia ataca e impede a liberdade de expressão da comunidade LGBTI. Devido às graves violações e ataques contra os direitos dos povos indígenas e proteção ambiental, relatores da Organização das Nações Unidas (ONU) se reuniram para denunciar o Brasil no início do mês de junho. Os mesmos se mostraram pre-

ocupados com a redução drástica de orçamento que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) vem sofrendo nos últimos anos e com as alegações sobre a criminalização arbitrária de pessoas que atuam na defesa dos interesses dos povos indígenas, como antropólogos, líderes indígenas e defensores de direitos humanos. Também se mostraram preocupados com o relatório elaborado em maio de 2017 por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso brasileiro que recomenda que a FUNAI seja reestruturada e que suas responsabilidades na demarcação e titulação de terras sejam eliminadas.

Fontes: [Anistia Internacional](#), 07/06/2017; [ONU](#), 08/06/2017; [Carta Capital](#), 12/06/2017; [Anistia Internacional](#), 13/06/2017; [Anistia Internacional](#), 19/06/2017; [El País](#), 25/06/2017.

A cultura do machismo e a consequência para mulheres e LGBTs

A violência de gênero se manifesta nas formas de dano físico, sexual ou psicológico, principalmente às mulheres e ao grupo LGBT: lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), uma em cada três mulheres no mundo sofre abusos, porém apenas 20% destas denunciam. Na Espanha, de janeiro a maio de 2017, a Delegação para a Violência de Gênero do país contabilizou 27 vítimas fatais, porém apenas cinco denunciaram e 17 conviviam com seus agressores. Em 13 de junho, ocorreu mais um caso, em Granada. A Universidade da Costa Rica e o Instituto Nacional de Estatística do país (INEC) mostraram que 58% das costa-riquenhas já sofreram ao menos um ataque de violência sexual ou física. Ademais, no primeiro semestre deste ano, o Observatório de Violência de Gênero da Costa Rica apurou 16 casos de feminicídios, sendo a maior parte não denunciada às autoridades. O relatório divulgado por este Observatório no dia 02 de junho mostrou que ocorrem, em média, três casos mensais de feminicídios no país. A violência de gênero pode se manifestar inclusive no ambiente de trabalho, conforme vivenciado pela pesquisadora em teoria das cordas, Veronika Hubeny, única mulher na composição da mesa do simpósio de cosmologia no World Science Festival, ocorrido entre 30 de maio e 04 de junho de 2017, e vítima do mansplaining, quando um homem explica algo para a mulher como se ela não fosse capaz de entender. Na ocasião, o moderador a interrompeu para dar a sua interpretação, embora não fosse especialista. Em junho, comemora-se a Marcha Mundial do Orgu-

lho LGBT, destinada à luta por garantia de direitos desse grupo. Na tentativa de incluir parte do grupo LGBT, o governo do Paquistão inseriu nova categoria de gênero no passaporte, que permite transexuais optarem pela classificação “X” ao selecionarem seu gênero. No entanto, tal iniciativa foi criticada por um grupo de transexuais, devido à ausência de identificação “trans-feminino” e “trans-masculino”.

Fontes: [El País](#), 10/06/2017; [El País](#), 15/06/2017; [Telesur](#), 21/06/2017; [El País](#), 23/06/2017; [El Nuevo Día](#), 24/06/2017; [The Nation](#), 24/06/2017.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

